

PORTUGAL E BRASIL REFORÇAM COOPERAÇÃO ECONÓMICA

PAÍS€CONÓMICO

Nº 270 › Mensal › Março 2025 › 2.50€ (IVA incluído)

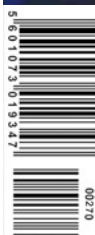


**Jorge Rebelo
de Almeida**

Presidente da Vila Galé Hotéis

Algarve reforça a qualificação das pessoas

José Apolinário, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, assinala os diversos investimentos para assegurar um duradouro abastecimento de água à região do Algarve, mas também os investimentos em infraestruturas, na cultura, e sobretudo na qualificação das pessoas, «o maior ativo desta região e do país», salienta o Presidente da CCDR do Algarve.



José Apolinário, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

«A maior prioridade do Algarve é a melhoria da qualificação das pessoas»

José Apolinário é o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), e faz nesta entrevista exclusiva à PAÍSECONÓMICO um balanço dos eixos estratégicos prosseguidos no atual mandato, bem como dos principais projetos em curso na região, assim como os fatores decisivos que deverão conduzir o desenvolvimento futuro da Região do Algarve. Saliência para um discurso muito incisivo nas propostas e projetos para qualificar as pessoas na região, mas também para o reforço de várias infraestruturas, sobretudo ferroviárias, tanto na ligação entre o Algarve e Lisboa, bem como num futura ligação entre a região e vizinha região espanhola da Andaluzia. Claro que o “velho” projeto da construção do novo Hospital Central do Algarve, ou a “nova” transferência de água do Pomarão para o Algarve, constituíram temas fundamentais na entrevista com o Presidente da CCDR Algarve.

TEXTO • JORGE ALEGRIA | FOTOGRAFIA • RUI ROCHA REIS

O tema da água tem estado na ordem do dia na Região do Algarve, seja pela escassez de águas nas albufeiras da região - é verdade que as recentes chuvas elevaram as quotas das reservas de água nas albufeiras -, seja pela possibilidade da referida escassez ser colmatada através de transvases do Alqueva e do Pomarão, seja também pelo projeto recentemente lançada da dessalinizadora que ficará localizada na zona de Albufeira. Qual é a situação presente do vasto setor a que poderemos chamar de “água” no Algarve?

A Região do Algarve terá um ano de 2025 mais tranquilo em disponibilidades de água. As chuvas dos últimos meses trouxeram mais cerca de 110 milhões de m³ às 6 albufeiras da região, permitindo uma subida de 29% para 54% de capacidade, desde o início do ano hidrológico. Contudo, esta recuperação é mais

expressiva no Sotavento Algarvio, com as reservas das 2 barragens em 78%, não sendo tão favorável no Barlavento, onde as reservas atuais são apenas de 38% da capacidade de armazenamento.

Não obstante a recuperação observada, a situação hidrológica da região do Algarve, ainda persiste, impondo uma ação concertada e mais investimento, do lado das fontes de água e do lado da eficiência e racionalidade do seu uso. Os volumes atuais permitem assegurar o volume necessário para quase 2 anos de abastecimento público, contudo, não são ainda suficientes para assegurar a interanualidade das reservas da região para as necessidades de todos os setores económicos, registando-se uma grande assimetria entre o Barlavento e Sotavento. Ressalva-se ainda que a barragem da Bravura, a qual abastece 3 concelhos do barlavento, mantém-se com apenas 17% de capacida-

de, valores que não permitem assegurar os volumes necessários para rega agrícola e rega de campos de golfe.

Os projetos de construção da unidade de dessalinização, com contrato assinado em 22 de outubro de 2024, no valor de 108M€, e para construção de uma nova captação no Pomarão e respetiva adução ao sistema Odeleite-Beliche, em fase de concurso público, irão contribuir com um reforço de até 46 hm³/ano à região. Saliento e destaco o empenho da Senhora ministra do Ambiente, Maria da Graça Carvalho, e da APA, neste acordo com a vizinha Espanha, para esta captação no Guadiana, uma transferência, e não um transvase uma vez que o reforço é realizado dentro da mesma bacia hidrográfica (BH do Guadiana). Destacam-se ainda outros investimentos em curso como o reforço da interligação dos subsistemas de abastecimento do barlavento e do sotavento e o



aumento da produção e fornecimento de Água para Reutilização (ApR), para usos não potáveis, contributo importante para a redução da pressão sobre os recursos hídricos da região. Estes investimentos são sobretudo da responsabilidade das Águas do Algarve, que tem procurado garantir a segurança hídrica para o abastecimento público e deve referir-se que o trabalho de adaptação aos contextos de escassez hídrica não começou agora. O Ministério do Ambiente tem tido aqui um papel chave. Mas também o Ministério da Agricultura com o investimento da responsabilidade da DGADR, a que certamente se seguirão outros a curto prazo,

Deve salientar-se que nas duas últimas décadas a Águas do Algarve, tem tido especial foco e empenho na adaptação do Sistema de Abastecimento Público ao Algarve à escassez hídrica. Realizaram-se investimentos muito significativos, em dois eixos principais. Ao nível estrutural, com a construção de infraestruturas que permitiram a constituição e utilização de novas origens de água para o abastecimento público, e de soluções para maximizar a capacidade de redundância e fiabilidade do Sistema Multimunicipal. E ao nível da implementação de novas estratégias de gestão do Sistema e suas origens de água, com a especialização de equipas técnicas. Das medidas concluídas ao longo dos anos, há algumas que se destacam pela sua relevância, e que importa salientar, como: a construção da maior barragem e albufeira do Algarve, Odelouca, que assegurou uma nova e importante origem de água para o abastecimento público da região; a construção e reabilitação de 3 relevantes Sistemas redundantes de Captações Subterrâneas (mais de 20 captações), que possibilitam uma gestão integrada de água superficial e subterrânea e conferem redundância de origens; a construção de 2 estações elevatórias de água tratada, reversíveis, que ligam os sistemas de Barlavento e Sotavento aumentando a sua flexibilidade e melhorando o equilíbrio na gestão territorial das disponibilidades de água face às necessidades de consumo;



a ampliação da capacidade de produção da ETA de Alcantarilha, para responder à forte pressão dos consumos no Barlavento Algarvio; e a construção de novos reservatórios de água, construção de 3 sistemas de captação de volumes mortos (para situações de emergência) nas albufeiras de Odeleite, Odelouca e Bravura, entre outros investimentos.

Os Municípios, os Autarcas, naturalmente também as populações, têm hoje uma consciência e conhecimento e uma ação na redução de perdas, com investimentos em curso, que importa ainda reforçar.

Estas relevantes medidas permitiram até à data, apesar dos diversos períodos de escassez hídrica que a região atravessou ao longo dos últimos anos, garantir que não houve falhas no abastecimento público de água à região do Algarve.

Qual é a estratégia para resolver estruturalmente o défice das fontes de abastecimento de água à região?

O Algarve tem de dispor de água para o consumo humano e para a atividade económica, seja o turismo, nossa principal fonte de receita, seja a agricultura, pela segurança alimentar e contributo para a diversificação económica. As medidas estruturais para mitigar o aumento da escassez passam pelo aumento da eficiência no uso da água e pela promoção da gestão robusta e eficaz da procura, nos usos principais da região do Algarve – agricultura, urbano e turismo. A redução de perdas nos sistemas de distribuição agrícolas e urbanos e o uso eficiente da água em todas as atividades humanas constitui uma prioridade para a região. Contudo, a redução da precipitação muito significativa, desde 2019, colocamos desafios adicionais, onde a gestão da procura tem de ser efetivamente complementada com aumento da resiliência das origens, numa matriz de soluções, dessalinização, água para reutilização (ApR) e captação de água superficial na bacia hidrográfica do Guadiana.

Medidas do PRR, agora complementadas pelo Portugal 2030 e fundos nacionais:

- SM 1 - Reduzir perdas de água no setor urbano
- SM 2 - Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola
- SM 3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos
- SM 4 - Promover a utilização de Água Residual Tratada (ApR)
- SM 5 - Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes, reforçar com novas origens de água
- SM 6 - Promover a dessalinização de água do mar

O Governo promoveu a elaboração da estratégia “água que une”. Aguardamos a consulta pública. Somos de opinião que ainda nesta década temos de avançar com a barragem de Alportel, levar água do Al-

queva até à barragem de Santa Clara e daqui até Odelouca e à barragem da Bravura. Bem como prosseguir todo o trabalho de otimização do aproveitamento da água na ribeira da Foupana e das linhas de água entre o Algarve e o Alentejo, no Guadiana.

No turismo, mobilizar financiamentos para que no final da década, em 2030, 75% dos campos de golfe possam utilizar água residual tratada. No imediato, no curto prazo, o Programa Algarve 2030 disponibiliza verbas com fundos europeus para que as empresas reforcem o seu alinhamento com a economia circular, também na circularidade da água.

Ligação ferroviária entre o Algarve e a Andaluzia será muito importante

No final de outubro de 2024, decorreu em Faro mais uma Cimeira Ibérica, onde foram assinados diversos acordos, entre os quais, o que possibilitará a construção de uma nova ponte entre os dois

países, concretamente entre Alcoutim (Algarve) e Sanlúcar de Guadiana (Andaluzia). À margem da mesma cimeira, os presidentes das câmaras municipais de Faro, Huelva e Sevilha, solicitaram aos governos dos dois países ibéricos que tomasse a decisão de projetar e construir uma ligação ferroviária de alta velocidade entre Sevilha, Huelva e Faro, ligando assim esta parte sul da Península ao sistema ferroviário de alta velocidade ibérico. Qual é a opinião e visão sobre esta matéria do Presidente da CCDR do Algarve?

As Juntas regionais de Espanha e as CCDR de Portugal deveriam participar nas Cimeiras Luso Espanholas com o estatuto de observador.

A ligação ferroviária entre o Algarve e a Andaluzia é um investimento estratégico para o futuro. Defendemos o avanço dos estudos de viabilidade, custos e fontes de financiamento da ligação ferroviária Sevilha-Huelva-Faro: Priorização do corredor

ferroviário atlântico através de uma linha de alta velocidade que ligue as cidades de Sevilha, Huelva e Faro, no Plano de Infraestruturas de Transporte e Mobilidade da Andaluzia 2030 (PITMA).

As regiões do Algarve e do Alentejo propõem esta ligação Huelva-Faro, por um lado, através da construção de uma ponte ferroviária sobre o rio Guadiana e, por outro, através da ativação da linha Ayamonte-Huelva. Ambos são assuntos de competência dos Governos, vitais para a Andaluzia e para o Algarve.

De Espanha surge a notícia de um impulso à ligação em alta velocidade entre Sevilha e Huelva. Saudamos esse passo. Muito importante para a coesão territorial e ligação ao Sul da Europa.

Quais os principais projetos transfronteiriços que têm sido desenvolvidos nos últimos anos, bem como os que se projetam para o futuro a curto e médio prazo?

A Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço, aprovada em setembro 2020, representa o cumprimento do compromisso do Governo do Reino de Espanha e do Governo da República Portuguesa, que consta no Memorando de Entendimento assinado em 2018 na XXX Cimeira Luso-Espanhola, constitui uma ferramenta flexível, que define as linhas gerais para dar uma resposta inclusiva orientada ao desenvolvimento territorial, criação de oportunidades e desenvolvimento de projetos pessoais, profissionais e familiares, especialmente para as mulheres e jovens, e a garantia da qualidade de vida das pessoas que residem na zona transfronteiriça, tanto nas zonas urbanas como nos seus núcleos rurais, contribuído para a Agenda2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No âmbito do acordo de cooperação transfronteiriça da Comunidade de Trabalho “Euro região Alentejo-Algarve-Andaluzia”, assinado em Faro a 2 de março de 2022, Portugal, foi alcançado o objetivo de elaborar uma estratégia de especialização inteligente para o território, Estratégia Euro região AAA-Horizonte 2027, que define oito linhas estratégicas de ação no território da euro região: crescimento in-

teligente, competitividade empresarial, desenvolvimento sustentável, luta contra as alterações climáticas, com a transição para as energias renováveis, cultura e crescimento azul, conectividade, acessibilidade e mobilidade através de infraestruturas transfronteiriças e crescimento inclusivo através da gestão conjunta de serviços básicos para o bem-estar social. Da mesma forma, no âmbito do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal Interreg VI A (POCTEP) 2021-2027, em abril de 2024 foi aprovada a Estratégia Quadro de Ação Transfronteiriça para a promoção socioeconómica da faixa fluvial Guadiana-Baixo Guadiana, que estabelece um roteiro com ações concretas para o desenvolvimento social e económico, e promove a cooperação transfronteiriça nesta área específica da Euro região Alentejo-Algarve-Andaluzia.

No enquadramento supramencionado destacamos diversos projetos em particular no contexto da economia azul sustentável. As alterações climáticas e o seu impacto no ambiente costeiro e marinho: promover a sustentabilidade dos sectores marinho e marítimo como motores da economia devido ao seu grande potencial de inovação e crescimento, bem como promover a investigação no domínio marinho, para a geração de informação e conhecimento azul e o empreendedorismo azul. Foi feita uma Estratégia Regional para esta temática e no caso do Algarve um Plano de Ação que orienta as atividades a promover, contudo há um novo projeto ATLAZUL a ser preparado no âmbito do POCTEP 21-27, com o objetivo implementar e reforçar a Aliança Marítimo-Atlântica na Euro-região AAA. O rio Guadiana e a sua navegabilidade têm sido alvo de estudos e melhoria das margens como um dos principais eixos transfronteiriços.

A promoção do aparecimento de “Comunidades Energéticas Renováveis (CER) e sustentáveis e a implementação de energias renováveis a nível rural com vista a reforçar o desenvolvimento de um sistema energético sustentável e local nas re-



giões transfronteiriças do espaço POCTEP através da adoção de modelos inovadores de autoconsumo energético é também um dos temas prioritários a concretizar neste quadro, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do meio rural também através da inovação rural com o projeto RAIA, em curso, e tendo sempre em vista a prevenção e combate de fogos rurais e florestais, FIREPOCTEP+.

Destaca-se ainda o tema saúde com vários projetos em quadros anteriores e o NUMAPLUS, recentemente aprovado, que complementa novo modelo de cuidados: regiões cardio-seguras. possibilidade de desenvolvimento/aplicação de sistemas tecnológicos que permitam a monitorização (em ambiente residencial) ou o acompanhamento à distância da população idosa que se encontra em casa sozinha sem acompanhamento social – teleassistência.

Também o projeto POCTEP CICLOSEND SUR estabeleceu um Plano de Ação com um horizonte de 2030, com impacto em toda a zona de cooperação fronteira Alentejo-Algarve-Andaluzia-Extremadura. Está a ser trabalhada uma segunda edição, na qual serão realizadas novas infraestruturas e sinalização de rotas, bem como a sua dotação. Nomeadamente, a conclusão de toda a infraestrutura do EuroVelo 1 em Huelva (de Santa Olalla a Ayamonte), a extensão da Grande Rota do Guadiana até Mértola, ou as rotas transfronteiriças entre o Algarve e Andévalo.

Hospital Central do Algarve: «Partilho da justa impaciência dos algarvios»

Uma infraestrutura que falta certamente no Algarve, é o Hospital Central, já anunciado por diversos governos, mas, até ao presente, nunca concretizado.

Acredita que possa estar para breve uma resolução definitiva desse défice?

Novo Hospital Central do Algarve: a estrutura de missão encarregue de entregar a proposta ao governo foi designada há dois anos. Confesso e partilho da justa impaciência dos algarvios.

O senhor Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, teve um papel muito importante no consenso entre todos os Municípios sobre a localização no parque das cidades, entre Faro e Loulé.

O Estado central, os serviços centrais das áreas governativas da Saúde, sempre definiram as prioridades e valências hospitalares no território. Mesmo quando em 1936 o Código Administrativo quis dar uma missão às regiões naturais na área da saúde a ousadia foi rapidamente eliminada, pela falta de apoio a propostas oriundas do território. Em matéria de re-

ursos de saúde hospitalares, fora de Lisboa, Coimbra e Porto, porventura Braga, não mudámos muito no que concerne à capacitação regional nos cuidados de saúde hospitalares.

Precisamos que o concurso avance e dispor de novo Hospital no início da próxima década respondendo ao amplo consenso sobre a urgência do novo Hospital central do Algarve.

A Universidade do Algarve é reconhecidamente uma das melhores do nosso país. O que nos leva à questão da importância da formação do talento da região, bem como à captação de potencial talento (de quem vem estudar para a Universidade do Algarve) e posterior retenção na região. O que é que o Algarve e as suas forças vivas têm feito para cumprir esse desiderato?

A Universidade do Algarve constitui um pilar estratégico do desenvolvimento



regional. No seu papel formativo têm-se afirmado como impulsor de conhecimento e competências em áreas tão distintas como o mar, o turismo ou outras. A qualidade do ensino superior oferecido na região traduz-se, a meu ver, no crescente

processo de internacionalização que fomenta a presença de estudantes de 102 países, que representam já 20% dos estudantes de grau/diploma. Destes, o Brasil tem um papel preponderante com cerca de 50%, mas regista-se uma interessante

dinâmica de procura por parte de estudantes de outros países africanos ou da América do Sul, como por exemplo a Nigéria, a Guiné e o Equador. Complementarmente, no âmbito das infraestruturas destinadas à promoção da competitividade, quer na incubação, quer na aceleração, também se registam dinâmicas favoráveis à retenção e atração de talento, com empresas provenientes de países tão diversos como o Canadá, a Ucrânia, a Alemanha ou os Países Baixos. Estas dinâmicas resultam da atratividade regional, propiciada pelo trabalho conjunto desenvolvido pela própria Universidade, pelo tecido associativo empresarial e pelas condições de contexto oferecidas a nível municipal que complementam as amenidades que caracterizam o Algarve.

Vários projetos culturais em desenvolvimento

As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional passaram a determinar competências na área da cultura. O que é que a CCDR do Algarve tem feito para fortalecer e contribuir para o desenvolvimento da cultura no Algarve?

A integração e concertação da política cultural ao nível regional já existia e foi agora reforçada. Na nossa orgânica a Cultura é matéria de competência da nossa Unidade de Cultura, e três linhas de ação marcam esta fase inicial de integração na CCDR Algarve: salvaguarda administrativa do património cultural, mobilização de fundos europeus do Programa Regional para a Cultura e apoio a projetos de agentes e associações culturais de base local e regional.

No património cultural destaco o início dos procedimentos de classificação da igreja e ruínas do Convento de S. Francisco e da Ermida da Nossa Senhora da Piedade, em Tavira, do Castelo de Salir, em Loulé, da zona especial de proteção do Colégio de Santiago Maior (Teatro Lethes) em Faro e das Torres de Vigia do Algarve. Também do reconhecimento do “bolo do tacho” de Monchique como património cultural imaterial, a mobilização e o trabalho conjunto para uma candidatura a fundos europeus por parte dos Municípios de Por-

timão e de Lagoa de recolha e visitação do património arqueológico subaquático do Rio Arade (em conjunto com o Património Cultural, I.P., a Universidade do Algarve e o Turismo do Algarve) e, com o Município de Castro Marim, de salvaguarda da Porta Nascente do Castelo de Castro Marim.

Dos apoios aos agentes culturais por todos salientamos o Festival de Órgão nas Igrejas do Algarve e destacamos as 70 Associações Culturais beneficiárias dos apoios de projetos culturais de base local e regional.

2025 será o ano de avanço no dossier “Digitalização dos Museus e Património Cultural Classificado”, em articulação com os Municípios, no quadro da Rede de Museus do Algarve. Queremos também assinalar os 20 anos da Convenção de Faro de Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial do Conselho da Europa e, com o Município de Tavira, iniciar um quadro de trabalho de valorização do património arqueológico da região, preparando as comemorações dos 200 anos do nascimento de Estácio da Veiga (1828-2028). Procuraremos também assegurar a realização dos investimentos previstos no PRR para a Fortaleza de Sagres e Sé Catedral de Silves, acompanhando com o Município de Lagos uma solução institucional que permita intervir com urgência na Igreja de São Sebastião, em Lagos.

Na leitura acompanhamos e concordamos com a iniciativa política da Senhora Ministra da Cultura de dotar com uma biblioteca o Município de Aljezur, para que todos os 16 municípios da região disponham de uma Biblioteca Pública.

No planeamento estratégico, até junho de 2025 consolidaremos o Plano de ação Cultura Algarve 2030, um roteiro de ação regional na área da cultura e salvaguarda do património cultural.

«A maior prioridade no Portugal 2030 são as pessoas»

Como é que a Região se preparou para aproveitar devidamente o Portugal 2030? Quais os principais projetos a implementar no decurso deste novo quadro comunitário de apoio?

A nossa maior prioridade no Portugal 2030 são os recursos humanos, as pessoas. A melhoria dos indicadores de emprego e de atividade não foi acompanhada pela melhoria da qualidade do emprego e das retribuições.

Os fundos europeus da política de coesão vão permitir, têm de permitir, reduzir a taxa de abandono precoce da educação, os níveis de insucesso escolar, a inclusão social, sobretudo numa região que procura integrar a segunda geração de migrantes, a taxa de escolarização do ensino superior.

Melhorias significativas na educação e qualificações, eis os principais resultados que esperamos atingir com as verbas do Portugal 2030. Alinhamento dos indicadores da região com o País.

Nas infraestruturas destaque, entre outros, para os investimentos nas escolas, em especial nos jardins de infância e escolas básicas, em novas infraestruturas de ensino superior em Faro e Portimão, infraestruturas tecnológicas e científicas, na mobilidade elétrica – em particular na bacia de emprego Faro, Loulé, Olhão e na resiliência climática, por exemplo no ciclo urbano da água e na ITI Água e paisagem e na prevenção de fogos rurais.

Precisamos acelerar a execução do Portugal 2030. Cumprir a regra N+3 já em 2025, executando bem e com resultados os fundos europeus de coesão. É também para esse objetivo que todos os dias trabalha a nossa equipa da Autoridade de Gestão do PR Algarve 2030 em articulação com todos os organismos intermédios e entidades beneficiárias.

Neste ano que há pouco começou, decorrerão as eleições autárquicas, e terminará o mandato dos atuais corpos dirigentes da CCDR do Algarve. Qual é a avaliação do trabalho desenvolvido nestes quase quatro anos de mandato? Como define os desafios e as principais coordenadas estratégicas do desenvolvimento global do Algarve até ao final da presente década?

O País deve prosseguir o reforço da articulação e coordenação das políticas públicas à escala regional. Dar um en-

foque regional e local ao planeamento estratégico da política de coesão e de desenvolvimento regional. Racionalizar a implementação das políticas públicas no território, otimizar recursos humanos, ganhar sinergias.

O modelo de reforço gradual das competências nas CCDR deve prosseguir. Necessita de concertação e entendimentos políticos, também de estreita articulação com os autarcas e muito de capacitação à escala regional.

Na visão da Região no horizonte 2030 a nossa prioridade são as pessoas. Melhorar a qualificação, o sucesso escolar, a formação profissional, o acesso ao ensino superior na Região.

A saúde, com o novo Hospital Central do Algarve e proximidade das respostas de saúde, e a Habitação, com acesso à habitação a custos controlados e habitação para arrendamento são designios transversais, com especial impacto no Algarve.

Nas infraestruturas um grande desafio para o Algarve é a mobilidade, melhorar a mobilidade inter-regional, designadamente concluindo a eletrificação e a melhoria da oferta de transportes públicos, e preparar as bases para dois investimentos estruturantes: melhoria da ligação ferroviária Algarve – Lisboa (com a requalificação do troço Tunes – Torre Vã) e ligação ferroviária do Algarve até à Andaluzia num horizonte de 10 anos.

A Água é fator de desenvolvimento decisivo. Realizar os investimentos previstos e consolidados e aumentar a capacidade de aprovisionamento revela-se essencial para a estratégia de desenvolvimento regional. O crescimento económico da região necessita de segurança nas disponibilidades de água.

As Empresas e o crescimento económico. A região do Algarve representa hoje 5 % do PIB nacional, estando a crescer mais do que a média nacional. Mantemos a ambição da diversificação económica, mantendo o turismo como nossa principal receita, mas diversificando e dando maior resiliência a outras atividades económicas. ◀



JUNTOS O ALGARVE AVANÇA!

O ALGARVE 2030
destina-se a promover
a sustentabilidade ambiental,
a competitividade da economia,
a valorização do território e
das pessoas, com foco
na sua qualidade de vida.

Consulte a Lista de Operações
Aprovadas do ALGARVE 2030



www.algarve.portugal2030.pt



Cofinanciado pela
União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de si.

